



termo de responsabilidade

José Fernando Rodrigues Silva, mestre em Higiene e Segurança Ocupacional, habilitado com o CAP nº 19840911EC5, técnico superior de segurança e saúde no trabalho do município de Albergaria-a-Velha, declara, para os devidos efeitos que o Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição na fase de projeto, de que é autor, observa as normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente o Decreto-Lei nº 102-D/2020 de 10 de Dezembro, alterado pela Lei nº 52/2021, de 10 de Agosto e demais legislação complementar.

Albergaria-a-Velha, maio de dois mil e vinte e quatro
O técnico.

ÍNDICE

1 – INTRODUÇÃO	5
2 – ÂMBITO	5
2.1 – dados gerais da obra e do dono de obra	5
3 – OBJETIVOS	6
4 – CARACTERIZAÇÃO DA OBRA	6
5 – GESTÃO DOS RESÍDUOS	7
5.1 – caracterização dos resíduos	7
5.2 – armazenamento temporário de resíduos em estaleiro.....	8
5.3 – incorporação de reciclados	9
5.4 – recolha e transporte de resíduos.....	9
5.5 – resíduos sólidos urbanos ou equiparados	10
5.6 – metas relativas à preparação para reutilização, reciclagem e valorização.....	10
6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	10
7 – OMISSÕES.....	11

1 – INTRODUÇÃO

O presente plano de valorização e/ou eliminação de resíduos produzidos na execução da obra, adiante designado de Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição (PPGRCD), refere-se à obra de REQUALIFICAÇÃO DA RUA DO BARREIRO que a Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha pretende promover na freguesia de Albergaria-a-Velha.

O mesmo pretende dar resposta às disposições regulamentares em vigor, nomeadamente o Decreto-Lei nº 102-D/2020 de 10 de Dezembro, alterado pela Lei nº 52/2021, de 10 de Agosto.

2 – ÂMBITO

Este plano apresenta um conjunto de medidas a implementar na empreitada supra citada e tem como objetivo principal a gestão global de resíduos gerados durante a fase de construção da mesma, visando atingir uma melhor rentabilização tanto de meios como de resíduos passíveis de valorização.

2.1 – dados gerais da obra e do dono de obra

Tipo de obra:	REQUALIFICAÇÃO DA RUA DO BARREIRO
Local de implantação:	Freguesia de Albergaria-a-Velha
Dono de obra:	Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha
Morada	Praça Ferreira Tavares, 3850-053
Contacto:	geral@cm-albergaria.pt 234 529 300
NIPC:	506783146

3– OBJETIVOS

O Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição tem dois objetivos fundamentais:

- _ Encaminhar os materiais resultantes da demolição para local apropriado.
- _ Triagem dos materiais e resíduos resultantes do trabalho da construção.

Em ambos os casos o encaminhamento preferencial deve ser a reciclagem e posterior reutilização.

Ao empreiteiro é incumbida a tarefa de executar o PPGRCD, assegurando nomeadamente:

- _ A promoção da reutilização de materiais e incorporação dos reciclados na obra;
- _ Assegurar a existência na obra de um sistema de acondicionamento adequado que permita a gestão seletiva de resíduos;
- _ Garantir a aplicação em obra de uma metodologia de triagem de RCD ou, quando tal não seja possível, o seu encaminhamento para um operador autorizado de gestão de resíduos;
- _ Assegurar que os resíduos são mantidos o tempo mínimo possível em obra, sendo que no caso dos resíduos perigosos esse período não pode ser superior a três meses.

O PPGRCD deve estar disponível no local da obra, para efeitos de fiscalização pelas entidades competentes, e ser do conhecimento de todos os intervenientes na execução da obra.

O acesso às áreas de estaleiro e de trabalho deverá ser rigorosamente controlado, sendo este só permitido a trabalhadores do empreiteiro e a pessoas devidamente autorizadas pelo dono de obra, ou pelo empreiteiro.

O PPGRCD pode ser alterado pelo dono de obra na fase de execução, sob proposta do produtor de resíduos, desde que a alteração seja devidamente fundamentada.

4– CARACTERIZAÇÃO DA OBRA

A obra a realizar consiste na construção de REQUALIFICAÇÃO DA RUA DO BARREIRO.

No âmbito das obras de urbanização e de edificação necessárias, estão previstos os seguintes trabalhos:

- _ Desmatção e modelação de terreno;
- _ Abertura de valas e caboucos;
- _ Trabalhos diversos de construção civil;
- _ Acabamentos e limpezas.

5– GESTÃO DOS RESÍDUOS

A metodologia de gestão de resíduos assenta no armazenamento adequado, na prevenção e reutilização, na triagem e, em último lugar, no tratamento, valorização e eliminação do resíduo.

O empreiteiro deve cumprir os seguintes pontos:

- _ Definir locais na obra para armazenamento, que visem a proteção do ambiente e a triagem eficaz;
- _ Garantir a recolha contínua dos resíduos nas frentes de obra;
- _ Acondicionar os resíduos adotando medidas de proteção ao meio envolvente;
- _ Selecionar o destinatário licenciado para o tipo de resíduo;
- _ Efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos;
- _ Efetuar ou controlar o registo da guia de acompanhamento de resíduos e verificar o seu reenvio pelo destinatário.

5.1 – caracterização dos resíduos

Os resíduos a produzir nesta empreitada, prevêem-se que possam ser os seguintes:

Tipo de resíduo	LER	Destino final autorizado
Resíduos de tintas e vernizes, contendo solventes orgânicos ou outras substâncias perigosas	08 01 11	Empresa licenciada
Resíduos de tintas e vernizes não abrangidos em 08 01 11	08 01 12	Empresa licenciada
Resíduos de colas e vedantes, contendo solventes orgânicos ou outras substâncias perigosas	08 04 09	Empresa licenciada
Resíduos de colas e vedantes, não abrangidos em 08 04 09	08 04 10	Empresa licenciada
Aparas e limalhas de metais ferrosos	12 01 01	Empresa licenciada
Aparas e limalhas de metais não ferrosos	12 01 03	Empresa licenciada
Aparas de matérias plásticas	12 01 05	Empresa licenciada
Mós e materiais de retificação usados, contendo substâncias perigosas	12 01 20	Empresa licenciada
Mós e materiais de retificação usados, não abrangidos em 12 01 20	12 01 21	Empresa licenciada
Embalagens de papel e cartão	15 01 01	Ecoponto mais próximo ou empresa licenciada
Embalagens de plástico	15 01 02	Ecoponto mais próximo ou empresa licenciada
Embalagens compósitas (sacos de cimento)	15 01 05	Empresa licenciada
Betão	17 01 01	Empresa licenciada
Tijolos	17 01 02	Empresa licenciada
Mistura de inertes	17 01 07	Empresa licenciada
Ladrilhos, telhas e materiais cerâmicos	17 01 03	Empresa licenciada
Madeira	17 02 01	Empresa licenciada
Vidro	17 02 02	Empresa licenciada
Plástico	17 02 03	Empresa licenciada
Misturas betuminosas não abrangidas em 17 03 01	17 03 02	Empresa licenciada

Alumínio	17 04 02	Empresa licenciada
Ferro e aço	17 04 05	Empresa licenciada
Solos e rochas não abrangidos em 17 05 03	17 05 04	Incorporação na obra
Materiais de construção à base de gesso não abrangidos em 17 08 01	17 08 02	Empresa licenciada
Misturas de resíduos de construção e demolição não abrangidos em 17 09 01, 17 09 02 e 17 09 03	17 09 04	Empresa licenciada
Resíduos biodegradáveis	20 02 01	Empresa licenciada
Misturas de resíduos urbanos equiparados	20 03 01	Contentores municipais

5.2– armazenamento temporário de resíduos em estaleiro

O Empreiteiro é responsável por efetuar a separação dos resíduos, tendo em conta a classificação dos resíduos que consta da LISTA EUROPEIA DE RESÍDUOS (códigos LER), e de acordo com as suas características físicas e químicas, bem como as características que lhe conferem perigosidade.

O local de armazenamento temporário, escolhido para cada tipo de resíduo, deverá ser devidamente delimitado, devendo cada tipo de resíduo ser identificado. Em qualquer situação, o armazenamento temporário de resíduos deverá ser efetuado de forma a não provocar qualquer dano para o ambiente, nem para a saúde humana e de forma a evitar a possibilidade de derrame, incêndio ou explosão, devendo ser respeitadas as condições de segurança relativas às características que conferem perigosidade aos resíduos e que estão, regra geral, associadas com as características de perigo da substância (ou mistura de substâncias) perigosas presentes no resíduo em questão.

O armazenamento temporário de resíduos deverá ser efetuado em local apropriado, devendo ser previstos os meios de contenção/retenção de eventuais derrames de substâncias perigosas de forma a minimizar o risco de contaminação de solos e águas.

De forma a permitir um correto armazenamento e recolha seletiva dos resíduos em estaleiro, o Empreiteiro é responsável por:

- _ Efetuar a aquisição de meios de contentorização ou embalagens de recolha com resistência e capacidade de contenção adequadas;
- _ Assegurar todos os meios de contenção/retenção para prevenção de fugas ou derrames de reservatórios ou embalagens contendo substâncias perigosas passíveis de originar situações de emergência ambiental.
- _ Garantir a manutenção dos contentores e outros meios de contenção/retenção de fugas ou derrames;
- _ Garantir a substituição dos contentores e dos meios de contenção/retenção de fugas ou derrames, que não se encontrem em bom estado de conservação e que, por isso, possam originar situações de emergência ambiental;
- _ Garantir a separação e o correto acondicionamento de todos os resíduos durante o armazenamento temporário em estaleiro.

5.3– incorporação de reciclados

Prevê-se a incorporação de materiais reciclados na presente empreitada de modo a satisfazer o preconizado no artigo n.º 28 do DL102-D/2020 onde deverá ser atingida a meta de utilização de pelo menos 10% de materiais reciclados ou que incorporem materiais reciclados relativamente à quantidade total de matérias-primas usadas em obra.

Os materiais reciclados, ou que incorporam reciclados, a utilizar na obra têm de ser materiais certificados pelas entidades competentes, conforme legislação vigente aplicável. A incorporação de reciclados terá de ser demonstrada pelo empreiteiro, através da apresentação de certificado próprio, se necessário, ou da declaração de produto emitida pelo fabricante.

5.4– recolha e transporte de resíduos

O Empreiteiro assegurará o transporte de todos os resíduos produzidos em estaleiro para e por entidade licenciada. O Empreiteiro é responsável pelo registo na Guia de Acompanhamento de Resíduos, que deve ser feito para qualquer resíduo que abandone a obra.

No transporte de resíduos é da responsabilidade do transportador garantir:

- _ O cumprimento de todos os requisitos legais constantes na legislação nacional e comunitária;
- _ A gestão de todos os contentores, cisternas e outros equipamentos utilizados para a expedição e transporte de resíduos;
- _ Que todos os contentores, cisternas, veículos e outros equipamentos estão em boas condições para o transporte de resíduos, de acordo com a legislação nacional e comunitária.

As operações de recolha e de transporte de resíduos na obra, no estaleiro ou para o exterior, devem ser efetuadas de forma a evitar a sua dispersão, derrame ou mistura.

Os resíduos líquidos e pastosos devem ser acondicionados em embalagens estanques, cuja taxa de enchimento não exceda os 98 %.

Os resíduos sólidos podem ser acondicionados em embalagens ou transportados em granel, em veículo de caixa fechada ou veículo de caixa aberta, com a carga devidamente coberta.

Todos os elementos de um carregamento devem ser adequadamente arrumados no veículo e escorados, de forma a evitar deslocações entre si ou contra as paredes do veículo.

Quando, no carregamento, durante o percurso ou na descarga, ocorrer algum derrame, a zona contaminada deve ser imediatamente limpa, recorrendo a produtos absorventes, quando se trate de resíduos líquidos ou pastosos.

Quando os resíduos a transportar se encontrarem abrangidos pelos critérios de classificação de mercadorias perigosas, previstos no Regulamento Nacional do Transporte de Mercadorias Perigosas por Estrada (RPE), aprovado pela Portaria n.º 1196-0/97 de 24 de Novembro (alterada pela Portaria na 729/2000 de 7 de Setembro), o seu transporte deve cumprir o previsto nesse regulamento.

Sempre que ocorrer recolha e transporte de resíduos da zona da obra ou do estaleiro, para o exterior, devem ser preenchidas as respetivas Guias de Acompanhamento (eGAR).

Excetua-se desta necessidade a recolha e transporte de resíduos urbanos e equiparados, se assegurados pelos Serviços Municipais.

As eGAR devem ser preenchidas e arquivadas pelo empreiteiro, sob responsabilidade da Direção de Obra.

5.5- resíduos sólidos urbanos ou equiparados

Deverão existir recipientes para resíduos urbanos distribuídos pelo estaleiro e pelas frentes de obra, sendo estes últimos recolhidos diariamente e colocados no estaleiro ou nos pontos de recolha dos serviços camarários.

5.6- metas relativas à preparação para reutilização, reciclagem e valorização

Deve o empreiteiro garantir um mínimo para 70 %, em peso, relativamente à preparação para a reutilização, a reciclagem e outras formas de valorização material, incluindo operações de enchimento que utilizem resíduos como substituto de outros materiais, de RCD não perigosos, com exclusão dos materiais naturais definidos na categoria 17 05 04 da LER em que o peso relativo da preparação para reutilização e reciclagem seja no mínimo 50 % em 2025.

6- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este plano serve de orientação à gestão de resíduos na obra, devendo ser desenvolvido e adaptado pelo empreiteiro caso se verifique a necessidade de o tornar mais ajustado à realidade da obra durante a sua execução, ou de forma a articular às demais exigências em matéria de gestão de resíduos. O empreiteiro, para além de outros procedimentos associados à gestão ambiental da obra, indicará um técnico gestor do sistema de gestão de resíduos de construção e demolição a implementar em obra.

O presente Plano inclui um conjunto de indicações, atividades e procedimentos cuja execução prática

pode ser condicionada pela capacidade local, momentânea ou permanente, dos operadores de gestão de resíduos licenciados. Assim, este Plano pode ser sujeito a alterações, se justificadas, e que poderão ser efetuadas pelo dono da obra por proposta do empreiteiro, ou por iniciativa daquele. Em qualquer dos casos o facto deve ser mencionado em livro de obra.

Da mesma forma, devem ser mencionados em livro de obra, outros aspetos significativos decorrentes da aplicação do presente Plano.

Este Plano deverá estar disponível no local da obra, para efeitos de fiscalização pelas entidades competentes e ser do conhecimento de todos os intervenientes na execução da obra, na versão original ou na que se encontrar em vigor, deve estar disponível para consulta no local da obra.

O empreiteiro realizará ações de sensibilização para os operadores afetos à obra, incluindo subempreiteiros e trabalhadores independentes, para que estes procedam em consonância com o exposto no presente Plano, das quais manterá um registo atualizado.

Anualmente existe a obrigação do registo no SIRAPA (Sistema Integrado de Registo da Agência Portuguesa do Ambiente) e envio dos MIRRS (Mapa integrado de Registo de Resíduos) com os quantitativos de resíduos gerados, nos termos do artigo 48.º, Decreto-Lei n.º 178/2006 de 5 de Setembro.

Após a conclusão da obra o empreiteiro garantirá a remoção de todo o tipo de materiais residuais produzidos na área afeta à obra e no estaleiro, deixando o local, senão melhor, pelo menos em condições ambientais idênticas às que encontrou.

7– OMISSÕES

Em todo ao que este plano for omissos, deverá ser cumprida a legislação e regulamentos em vigor.

Albergaria-a-Velha, maio 2024

José Fernando Silva

técnico superior de SST